



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Aos dezessete dias do mês de maio de 2023 (17/05/2023), reuniu-se, às 9 horas, na Sala da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias, a **COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE)** designada pela Portaria n. 140/2023, conforme Requerimento n. 523/2023, aprovado pelo Plenário na sessão ordinária do dia 20 de abril do corrente ano pela Câmara Municipal de Maringá. Esta Comissão visa a analisar, estudar e averiguar as condições estruturais atuais do **túnel ferroviário** que atravessa o centro da cidade, e de seu entorno, a fim de apurar a existência de eventuais problemas na infraestrutura do túnel e os riscos e perigos porventura existentes, estudar as possibilidades de solução para a questão e apresentar propostas que possam contribuir para o incremento das condições de segurança, evitando a ocorrência de futuros acidentes. Compareceram à reunião os vereadores **SIDNEI TELLES** - Presidente, **ALEX CHAVES** - Relator e **RAFAEL ROZA** - Membro. Participaram da reunião, ainda, os senhores José Gilberto Purpur, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana; Osmar Burci e Marcelo Bilhon, Engenheiros da Prefeitura Municipal de Maringá; e Eduardo Sakae, engenheiro da Urbamar à época da construção do túnel. Iniciando os trabalhos, Sidnei Telles destacou a presença dos advogados da Câmara Municipal de Maringá, os senhores José Eduardo Balera e Leonardo Mesacasa, explicando que solicitara o comparecimento destes às reuniões a partir da presente data, a fim de que assessorassem a Comissão de forma imediata quando houvesse necessidade. O Presidente informou aos presentes que a reunião estava sendo gravada, dada a importância do tema e a ausência de documentação suficiente para embasar os estudos conforme a Comissão desejava. Esclareceu que boa parte destes arquivos, bem como dos contratos, não foram encontrados, já que foram produzidos pela Urbamar. O Presidente relatou que, há poucos dias, recebera um documento que apontava uma decisão judicial que atribuía ao Município a responsabilidade pelo túnel ferroviário. Sendo assim, é imperativo que o Município tenha acesso ao local a qualquer momento. O vereador continuou, informando que o objetivo da Comissão era estudar o túnel, a Avenida Horácio Raccanello Filho e seu entorno, a fim de tranquilizar a comunidade e ter embasamento para tomar decisões importantes. Sendo assim, os convidados da Prefeitura Municipal, segundo ele, eram importantes para esclarecer as dúvidas sobre a Avenida citada. Sidnei Telles relatou que, em reunião já realizada da Comissão, um dos convidados informou que, no projeto de construção do túnel, não havia a previsão da implantação de uma avenida sobre ele. Assim, sua primeira dúvida dirigida à Prefeitura Municipal era acerca da previsão da Avenida bem como dos pavimentos nela utilizados e da quantidade de veículos que circulariam no local. José Gilberto Purpur, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana, relatou ter acompanhado a obra desde o início, na Secretaria de Transportes, informando que as travessias foram planejadas, já que, com o loteamento, era natural que houvesse ruas e avenidas. Sobre isso, Sidnei Telles comentou que a Avenida Tamandaré, a princípio, é que seria uma avenida, e não a Horácio Raccanello Filho. Assim, ele indagou se o pavimento utilizado nesta via era adequado; e Alex Chaves, se a carga dos veículos sobre a Avenida acima do túnel poderia representar riscos. Em resposta, o Secretário explicou que já trabalhara na área de pavimentação e que o usual é que avenidas tenham mais reforço em seu pavimento do que ruas comuns. Alex Chaves comentou que era importante entender se a cidade tinha política sobre restrição de veículos e do fluxo de trânsito nas vias, por conta do túnel ferroviário abaixo destas. Sidnei Telles indagou ao senhor Gilberto Purpur o motivo pelo qual tinha sido usado paver em vez de asfalto nos cruzamentos de Ruas e Avenidas com a Avenida Horácio Raccanello, o qual não soube responder. O vereador continuou, questionando como poderia ter sido o processo de escolha do melhor pavimento para o local. O senhor Osmar Burci informou que a obra fora executada e fiscalizada pela Urbamar, e que, neste período, ele trabalhava na Secretaria Municipal de Planejamento. Sobre as perguntas dos vereadores, o engenheiro Eduardo Sakae explicou que a espessura do entorno do túnel não poderia ter base de 15 centímetros, e, sendo assim, foi feita uma base de 8 centímetros em cima da laje e utilizada brita graduada tratada com cimento. Sobre a passagem de veículos, a Cesbe fez os cálculos já superdimensionando a quantidade de veículos a fim de evitar problemas. Segundo ele, nos pontos críticos

de passagem de trânsito, utilizou-se paver pelo fato de ser mais fácil sua manutenção. Sobre o risco de infiltração, o engenheiro não vê problemas, visto que, abaixo do paver, há uma laje, e que há um dreno ao longo do túnel. Com a palavra, Sidnei Telles disse que um perito da Sanepar está avaliando as causas do rompimento da tubulação, e lembrou que há depressão na via, algo que preocupa a Comissão. Por isso, indagou quem era responsável por fazer a manutenção da pavimentação, sendo informado pelo senhor Osmar Burci que é a Secretaria Municipal de Infraestrutura, por meio de sua Gerência de Pavimentação. Ele explicou que, conforme acontecem as depressões, estas são niveladas com asfalto. E, em caso de não resolução, o local é aberto e a base é analisada. Geralmente, esta está compactada, e, sendo assim, há um reforço. Essa é uma medida aplicada em toda e qualquer via, independentemente de estar sobre um túnel ferroviário, conforme o engenheiro. Acerca do plano de execução das obras do citado túnel, a Secretaria presente na reunião informou não ter conhecimento, bem como sobre a existência de sistema de drenagem específico da Avenida Horácio Raccanello, informando apenas que ao lado norte há canaleta para escoamento de água. O Presidente frisou que o entorno do túnel ferroviário pode ser um tema mais complexo do que o túnel em si, e que a Comissão ainda não encontrara legislação que faça menção aos imóveis lindeiros, já que a Secretaria Municipal de Obras públicas citou em reunião anterior uma regra acerca da distância adequada das fundações. O engenheiro Osmar Burci comentou que há normativa municipal sobre galerias de águas pluviais que distingue avenidas e ruas comuns, mas nada específico acerca das vias sobre o túnel ferroviário. Alex Chaves lembrou que o pavimento utilizado após o fechamento da cratera aberta no dia 18 de abril era provisório. O Presidente, com a palavra, indagou se era um problema a Prefeitura Municipal não ter liberação automática da empresa concessionária para tomar medidas de segurança ou realizar algum tipo de serviço no interior do túnel. Osmar Burci respondeu que, com tal restrição, o Município encontra dificuldades em realizar a manutenção preventiva em local de sua responsabilidade. O Secretário também informou que linhas férreas não estão sob o domínio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, mas que, no entanto, a Prefeitura tem ido ao túnel duas vezes por semana para verificar a estabilidade da obra, ainda que sem a autorização da concessionária, constatando que o local está estável. Sidnei Telles informou que o Corpo de Bombeiros, em reunião anterior, relatou não haver acesso ao interior do túnel ferroviário em caso de emergência, indagando se a Secretaria de Mobilidade Urbana tinha algum plano para solucionar este ponto. Em resposta, Gilberto Purpur informou não haver plano por parte da Secretaria de Mobilidade Urbana para acesso rápido de veículos de emergência ao túnel, e que, em caso de construção de acesso, os trilhos deveriam ser reposicionados a fim de evitar problemas para a movimentação dos veículos de emergência. O Presidente da Comissão comentou que os vereadores se preocupam com o fato de não haver memória em forma de documentos acerca da história do túnel. Além do rompimento da placa próxima à tubulação da Sanepar, ele relatou que há informações de que há outras placas com flechas, indicando que podem estar sobrecarregadas. Ademais, ele disse que seria interessante que a Comissão fosse à Avenida Horácio Raccanello Filho, juntamente com os cinegrafistas desta Casa, para filmar a situação do pavimento daquela localidade. O engenheiro Eduardo Sakae explicou que acompanhou a obra desde o início e o primeiro projeto contratado foi o da empresa Sistema PRI Engenharia Ltda, e que a Cesbe Engenharia também mantinha contrato com a Prefeitura Municipal. Alex indagou a causa de a Avenida Horácio Raccanello Filho ter sido afetada com a cratera, ao que o engenheiro respondeu que poderia ser a força da água da tubulação. O vereador perguntou se a água das chuvas poderiam ter-se infiltrado no paver, ao que o engenheiro respondeu que a possibilidade era remota, já que a via foi impermeabilizada com CM-30. O senhor Eduardo Sakae sugeriu que a Comissão buscasse a informação da existência de acúmulo de água na canaleta da Sanepar ou em algum outro ponto do túnel. Ele também lembrou que existe um caderno com os projetos das obras executadas em todas as etapas de construção do túnel, o qual pode ter sido recolhido pela Urbamar pelo seu almoxarifado e que o engenheiro tentaria localizar. A Comissão acatou outra sugestão do engenheiro, que era entrar em contato com a senhora Olga Belai, que trabalhou na Urbamar durante estas obras, e também concordou em convidar o senhor Eduardo para a visita a ser realizada no local de interesse. Alex Chaves destacou que o túnel é responsabilidade do Município, mas que este não está tendo autorização para tomar providências. Alertou, ainda, que se ficar provado que a empresa concessionária é responsável pela manutenção do túnel e que há negligência, será necessário tomar medidas mais assertivas, já que, se houvesse manutenção preventiva, talvez não teria ocorrido o rompimento da tubulação. Sobre o ofício a ser enviado para o Ministério Público relatando os fatos observados pela Comissão desde o início dos trabalhos, representantes da Procuradoria Jurídica desta Casa informaram que revisaram o documento e enviaram ao Procurador. O vereador respondeu que já tinha conhecimento do texto a ser encaminhado para o Ministério Público Federal e que estava satisfeito com o

texto, lembrando que esta ação se deve à fala do Gerente Regional da Sanepar, que informou à Comissão que, por 20 dias, fez tentativas de resolução do dano no túnel em colaboração com a Rumo Logística, sem sucesso. A Procuradoria Jurídica informou que, no âmbito do Ministério Público, é possível que já haja processo acerca deste tema, e que a Procuradoria Geral do Município pode fazer uma pesquisa mais aprofundada. Finalizando a reunião, Sidnei Telles frisou que a Secretaria de Mobilidade Urbana afirmara que o serviço de fechamento da cratera era provisório e que terá de ser refeito, sendo o local monitorado mesmo sem autorização de entrada pela Rumo Logística. Além disso, será necessário discutir sobre o pavimento da Avenida Horácio Raccanello. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião às 10h30min, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

SIDNEI TELLES
Presidente

ALEX CHAVES
Relator

RAFAEL ROZA
Membro



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro de Oliveira Chaves, Vereador**, em 22/05/2023, às 10:52, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho, Vereador**, em 22/05/2023, às 11:58, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Diego Roza Camacho, Vereador**, em 22/05/2023, às 13:35, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0296956** e o código CRC **1DF49164**.